

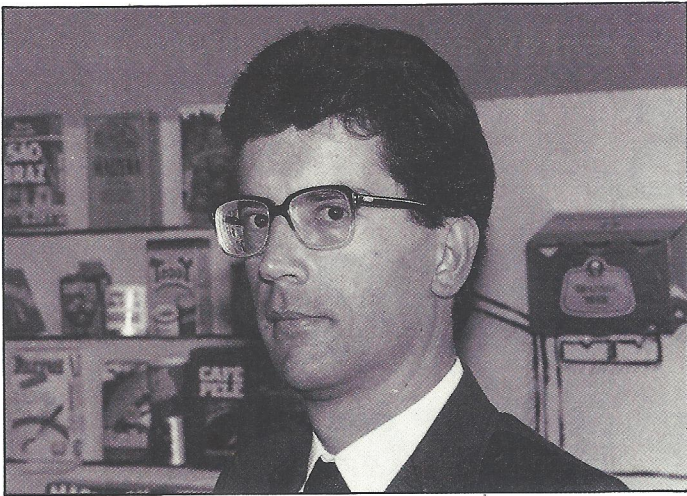
Dois pesos, duas medidas e muitos prejuízos

A face mais visível da falta de normatização e de padronização das embalagens no Brasil é o desamparo do consumidor diante de produtos de vários pesos e volumes. Entretanto, muito mais do que à defesa do consumidor, o assunto pertence às esferas da economia, onde também residem as dificuldades para sua efetiva adoção

Texto: José Vital Martella Monteiro
Fotos: Abelardo Alves Neto



Para o consumidor, a dificuldade aparece na hora de comparar preço e qualidade de dois artigos similares mas com peso e volume diferentes. O comerciante, envolvido no dia-a-dia da atividade, raramente percebe que certos custo de transporte, armazenagem e exposição poderiam ser reduzidos com a adoção de padrões e normas que facilitassem a prática da economia de escala. A indústria, causa e consequência do descompasso, procura resolvê-lo ora pelo amadorismo, ora pela adoção de critérios individualistas, que perdem a validade quando a mercadoria transpõe o portão da fábrica. O exportador sente que a diversidade na apresentação funciona como barreira à penetração de seus produtos em mercados cobiçados. Os transportadores e agricultores visualizam os desperdícios, quebras e perdas... e a lista, que poderia ser maior, ►



Sylvio Alves Ortiz: a normatização como linguagem comum

mostra como os diferentes atores da vida econômica sentem de maneira diferenciada os problemas causados pela falta de normatização e padronização de embalagens, providências básicas ainda não adotadas no Brasil na profundidade e extensão exigidas pela dimensão do aparelho produtivo e pelas necessidades do sistema de distribuição.

Não se trata de falta de decretos e de leis. A fúria legislativa que campeia na economia brasileira poderia, em poucas semanas, preencher essa lacuna sem que a maioria dos problemas por ela criados fossem resolvidos ou sequer equacionados. Trata-se antes de mais nada da distância que separa o país desenvolvido do subdesenvolvido.

Entre dezenas de fatores que formam essa distância encontra-se, em lugar de destaque, a capacidade de criar tecnologias, técnicas, know-how e sistemas produtivos de forma crescente, auto-sustentada e de manter uma estrutura econômico-científico-tecnológica-cultural capaz de absorver e reorientar em benefício próprio tudo o que é gerado fora de suas fronteiras. Ao outro tipo de país cabe copiar, ou, na melhor das hipóteses, adaptar e melhorar detalhes do que foi primeiramente aplicado em outra realidade, numa forma problemática de modernização, onde convivem o penúltimo modelo (o último, logicamente, é privilégio

dos criadores), enquanto que a base emperra e fica capenga.

Assim, se, por um lado, é inegável o avanço do sistema de distribuição de mercadorias no Brasil nas últimas três décadas, principalmente em consequência da introdução e desenvolvimento do auto-serviço, por outro, algumas medidas que poderiam ser consideradas alicerces desse edifício tecnológico-industrial ainda não foram tomadas de forma completa, ou são resultados de processos ocorridos em outras latitudes históricas e econômicas. As distorções resultantes acabam se sedimentando, transformando-se em interesses que, por sua vez, terminam por direcionar todo o desenvolvimento posterior. As incompletas padronização e normatização das embalagens brasileiras fazem parte desse inacabado esqueleto, onde a ausência de certos critérios gerais cria indefinições que, por sua vez, impedem a redução de custos pela integração das diferentes fases produtivas na economia de escala e a conquista de padrões tecnológicos mais firmes, sedimentados e auto-sustentados.



Cerebelli Madi: US\$ 5 bilhões em materiais de embalagem, sem meios técnicos de comparação

Uma linguagem comum ao comprador, vendedor, fabricante, fiscal e técnico: a normatização

Para Sylvio Alves Ortiz, engenheiro de alimentos da seção de embalagem e acondicionamento do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital), a função da normatização de embalagens no Brasil seria uniformizar as especificações, métodos de ensaio, tolerância e terminologia, com o propósito de tornar uma atividade produtiva homogênea em termos de qualidade e criar uma linguagem comum na comercialização do produto, a partir do estágio da produção de matérias-primas.

“O que normalmente acontece é que clientes, fabricantes e usuários têm especificações diferentes. O que o primeiro chama de “A” pode ter o nome de “A-1” para o segundo e de “Y” para o terceiro, com as compreensíveis confusões derivadas. Além disso, as pequenas e médias empresas sentem dificuldades em estabelecer

seus próprios critérios de compra, venda e nomenclatura e acabam adotando padrões dos fornecedores de matérias-primas, o que nem sempre é vantajoso, pois quase sempre implica em dependência e queda de qualidade diante de qualquer mudança. Uma normatização a nível nacional possibilitaria a todas as empresas a utilização de informações e controles de todo o país, diversificando suas fontes para enfrentar qualquer conjuntura," declara.

Luís Fernando Ceribelli Madi, que também é engenheiro de alimentos do Itai, ressalta que o Brasil consome aproximadamente 5 bilhões de dólares por ano em materiais de embalagem, sem que haja parâmetros técnicos para compará-los completamente. Segundo Madi, os progressos feitos através da Comissão de Estudo CB 23 (Comitê Brasileiro de Embalagem), da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), ressentem-se da falta de controle e fiscalização.

Os dois pesquisadores do Itai afirmam que, através da ABNT, várias normatizações técnicas na área de embalagens de alimentos foram obtidas, mas não são integralmente seguidas pela indústria.

"Vejo como algo necessário, a médio prazo, a criação de uma entidade capacitada a fornecer certificados de qualidades para embalagens e materiais, dentro de determinadas especificações técnicas e científicas normatizadas a nível nacional e internacional. Essa entidade teria, na minha opinião, que congrega o governo e a iniciativa privada. O usuário enviaria a embalagem ou o material a ser utilizado e, em pouco tempo, receberia a análise completa com um selo de garantia, certificado de qualidade ou seja lá o que for. Essa instituição também teria poder de vetar a importação de embalagens de qualidade inferior às especificações do país, como ocorreu no ano passado, por exemplo, quando importou-se garrafas de cerveja de países latino-americanos. De qualidade inferior às utilizadas no Brasil, o número de quebras durante o processo industrial de lavagem, enchimento e transporte foi muito superior ao normal. Por fim, uma instituição desse tipo teria que ter credenciamento internacional, o que facilitaria as exportações brasileiras", segundo Madi.

Os dois pesquisadores afirmam porém que, dentro de alguns anos, o Centro de Tecnologia de Embalagem

de Alimentos do Itai estará plenamente aparelhado para realizar essas funções.

Trabalhando na outra ponta do processo, na criação de embalagens, Flávio Danilas, diretor de engenharia de embalagens da Seragini Y&R, afirma que a normatização nesse campo serviria também para agilizar a tomada de decisões, estabelecendo limites dentro dos quais as empresas operariam.

"A única coisa que conseguimos recentemente foi a uniformização da gramatura e da nomenclatura das caixas de papelão. Ainda resta muito o que fazer e o nosso caminho natural, quando criamos embalagens, é seguir as normas norte-americanas, saindo depois em busca de indústrias capacitadas para fornecerem algo próximo do que idealizamos", diz.

Para Danilas, o grande obstáculo para a realização efetiva de qualquer tipo de uniformização de embalagens no Brasil é o parque industrial bastante aleatório. Existem máquinas importadas dos Estados Unidos, da Alemanha, do Japão, da Grã-Bretanha e outros, cada uma delas obedecendo a uma necessidade, legislação e sistema de medidas diferentes. "Assim, qual-

125

TRADIÇÃO NÃO É ESTAGNAÇÃO

A linha mais tradicional de cola está mudando de visual

Agora o Ursinho Polar está presente em todos os frascos da mais tradicional e completa linha de cola para uso em colégios, escritórios e no lar. Também o slogan "Passou... colou!"

Apresentação mais atraente e mais vendável. Tampa mais prática.

Maior sortimento de tipos e tamanhos e a tradicional garantia de qualidade Polar.

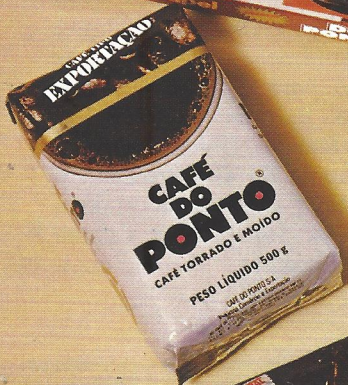
POLAR
PASSOU... COLOU!



NÃO SAIA DO PONTO

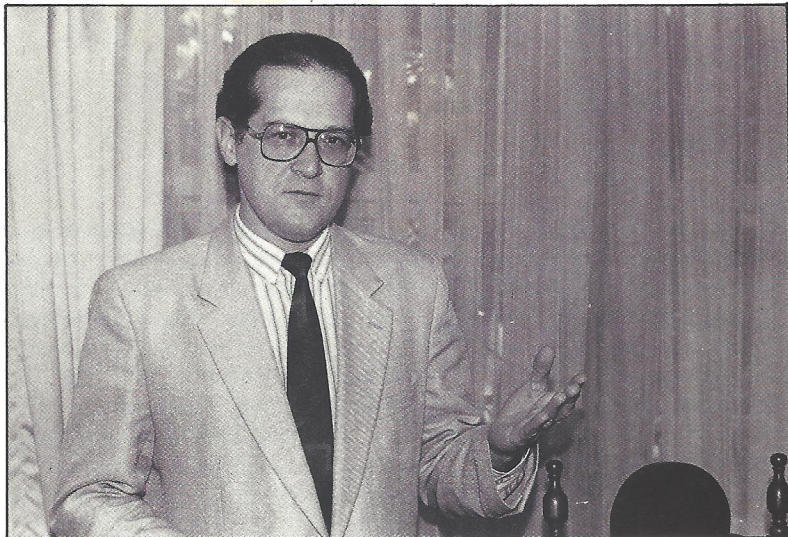


Quando você chega num certo ponto, você chega no máximo que alguém pode chegar. Café e Coador do Ponto. Para que sair dele?



café e coador

DO PONTO



Danilas: parque industrial caótico dificulta a padronização

quer tentativa de uniformização imediata seria catastrófica e as tentativas feitas com prazos mais longos geralmente não surtem efeito, porque os setores industriais e as empresas que necessitariam realizar investimentos para se adequarem à norma têm considerável peso político para se oporem com sucesso a qualquer medida mais séria”, alerta ele.

Na forma da lei, tem que ser 1, 2, 5...; na prática, continua a lata de 900ml

Danilas afirma categoricamente que não existe padronização de embalagens no Brasil. Para ele a igualização de alguns pontos poderia favorecer a economia de escala na indústria e no transporte, sem diminuir o número de opções que as empresas teriam para embalar seus produtos.

“Na minha opinião, deveria existir a padronização dos volumes de cada produto. Por exemplo, normas para uniformizar as latas que seriam utilizadas para cada item. Temos no Brasil a Lei 1, 2, 5, que afirma que as embalagens têm que, necessariamente, ter volumes múltiplos desses números. A lei existe há mais de dez anos, mas a cada ano o prazo para sua efetivação é prorrogado e até agora muitas empresas lançam produtos fora de suas especificações. Ao que parece, não existe consciência social no país para a importância que a eco-

nomia como um todo teria com a efetivação de medidas deste tipo”, declara.

Danilas cita o exemplo do óleo comestível, que, de acordo com a lei, deveria ser embalado na quantidade de 1 litro, mas que continua chegando às prateleiras dos supermercados em latas e frascos de 900ml, inclusive porque os poucos que se aventuraram a seguir a lei foram obrigados a voltarem atrás, pois não houve propaganda que convencesse o consumidor de que era mais barato comprar uma quantidade maior do produto, mesmo pagando um preço unitário maior: “Sei que se fosse implantado o litro por força de lei, nem a própria Companhia Siderúrgica Nacional estaria em condições de fornecer as folhas-de-flandres apropriadas para a fabricação de latas revestidas de 1 litro da forma mais viável economicamente. Entretanto, mesmo as empresas que embalam o óleo em frascos plásticos moldados, e o molde precisa ser substituído constantemente, optaram pelos 900ml e a estrutura do mercado se eterniza”, afirma Danilas.

A necessidade de se pensar em tudo, até chegar à carroceria do caminhão

José Geraldo Vantine, diretor geral da Vantine & Associados — Consultoria, Logística e Distribuição Física, considera a existência de dois tipos de embalagem: a primária, que chega às

**Após 20 anos
nos sentimos
responsáveis...**



Por não termos colocado em todas prateleiras do país, os produtos, que dado a seu estilo inovador, e qualidade irrepreensível, estão atingindo resultados surpreendentes, tanto no mercado interno, como no externo.

AO INOXIDÁVEL
Fortinox
aço AISI 304 18/8.

Venha crescer com a gente.

metalúrgica **VILA AUGUSTA** Ltda.
Av. Mal. Humberto de A. Castelo Branco, 210
Tel.: 208-8222 PABX - Telex: 35.468 - MVLA
Caixa Postal 200 - CEP 07020
End. Teleg. Fortinox, Guarulhos - SP
CGC(MF) n.º 49.054.646/0001-40
Inscr. Estadual n.º 336.029.075



Geraldo Vantine: evitar milhões de cruzados, ou mesmo de dólares, em perdas e desperdícios

mãos do consumidor, e a secundária, utilizada para transporte e estocagem. Para ele, qualquer padronização teria que ser encarada por dois enfoques, o legal e o operacional, sendo que o último implicaria em se pensar a embalagem integrada ao produto e aos meios de produção, transporte, armazenagem e distribuição.

“Atualmente, por força das circunstâncias, a embalagem primária é pensada unicamente em função do produto e dos apelos de marketing. Não que isto não seja importante, pelo contrário, mas dentro de um princípio de modulação de embalagens teríamos que planejar a embalagem primária em função da secundária e ambas em função dos elementos utilizados na distribuição física e na armazenagem”, declara.

Para Vantine, o caminho da padronização de embalagens no Brasil teria que começar com o transporte, principalmente o rodoviário, responsável por grande parte do deslocamento de mercadorias no país, com a padronização das carrocerias de caminhão.

Outro elemento a ser repensado numa eventual padronização seria o palete. Segundo Vantine, a ABNT chegou a normatizar o palete no Brasil, no tamanho de 1,10 x 1,10 metro com mais duas opções diferentes. Entretanto, as empresas continuam a se uti-

lizar deste elemento sem qualquer padronização, fabricando-os de acordo com suas necessidades mais imediatas, sem a percepção de que o palete é uma unidade de movimentação, armazenagem, transporte e venda e que sua uniformização a nível nacional poderia racionalizar todas essas operações.

“Pelos dados de que dispomos, mais de 20% das colheitas brasileiras são perdidas por problemas de embalagem e estocagem; 15% do lucro da exportação de produtos primários são perdidos pela falta do reconhecimento generalizado da importância da padronização e grande parte dessas cifras poderia ser diminuída drasticamente com embalagens melhor projetadas, tanto em termos de resistência quanto em dimensionamento e correta utilização dos sistemas de transporte. Quando falamos em padronização e integração não estamos discutindo sobre fantasias mirabolantes, mas de milhões de cruzados, ou mesmo de dólares, desperdiçados”, assinala o engenheiro.

Segundo Geraldo Vantine, um programa de padronização de embalagens resultaria em redução de custos, em função da economia de escala, tanto da embalagem primária quanto da secundária, em economia dos custos de distribuição, transporte e armazenagem e na diminuição nas perdas du-

Empilhadeiras Elétricas Ameise Lucros sem Poluição



Empilhadeira Elétrica,
modelo ETV.
Capacidade: Até 2.000 Kg
Elevação: Até 8,70m ou mais



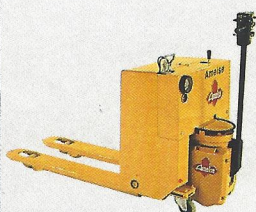
Transpallet Elétrico,
modelo EKE.
Capacidade: Até 1.600 Kg



Empilhadeira Elétrica,
modelo EJC.
Capacidade: Até 1.500 Kg
Elevação: Até 4,10m



Empilhadeira Elétrica,
modelo EFG.
Capacidade: Até 1.500 Kg
Elevação: Até 4,00m



Transpallet Elétrico,
modelo EJE.
Capacidade: Até 1.600 Kg



Transpallet Hidráulico, manual,
modelo CST.
Capacidade: Até 2.000 Kg

Ganhe mais dinheiro mecanizando e racionalizando os trabalhos de movimentação e armazenagem na sua empresa.

Conheça as empilhadeiras elétricas Ameise, as geradoras de lucro.

- Baixo custo de manutenção, grande robustez e durabilidade.
- Operam em corredores estreitos, com menor espaço de manobra: mais espaço para sua armazenagem.
- Autonomia para turnos completos de trabalho.
- Operam silenciosamente, não poluem e não conhecem crise de combustível.
- Tecnologia alemã, com padrões de segurança e estabilidade internacionais FEM (Fédération Européenne de la Manutention).
- Fabricação nacional, com peças de reposição e assistência técnica em todo o Brasil. Ligue para a Ameise.



EMPILHADEIRAS

Ameise Comércio e Indústria S.A.

FÁBRICA: Rio de Janeiro: Rua Silva Vale, 765 - Cavalcanti - CEP: 21370 - Tel.: (021) 269-0512, Tlx: (021) 23806 AMEI BR
• FILIAL SÃO PAULO: Rua Euclides Pacheco, 880 - Tatuapé - CEP: 03321 - Tel.: (011) 217-8344 - Tlx: (011) 22157 AMEI BR.

Oliveira, Mangel

rante a movimentação e manuseio de materiais. Além disso, as exportações brasileiras teriam um incentivo a mais, tanto pela padronização propriamente dita quanto pela conseqüente redução dos fretes e seguros. Vantine conclui afirmando que, por sua natural complexidade e por envolver muitos segmentos econômicos, o assunto precisa, necessariamente, ser exaustivamente discutido em vários níveis, tanto na iniciativa privada quanto no governo, antes que as medidas venham a ser paulatinamente tomadas.

Assim, a normatização e a padronização de embalagens no Brasil caminham a passos lentos, mais ou menos ao sabor dos ventos do imediatismo e da falta de vontade ou possibilidade dos vários setores envolvidos em realizarem os investimentos e os esforços necessários para uma transformação desse porte. Até que todas as peças desse gigantesco quebra-cabeça não estejam em seu lugar convencional, o consumidor continuará tendo dificuldades em comparar produtos com pesos e volumes diferentes. ■

Um obstáculo às exportações

Um dos segmentos que mais se ressentem da falta de padronização de embalagens é o de exportação de frutas. Para Edmond Yedid, diretor-presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Hortigranjeiros — Hortinexa — e presidente da Bática Exportação e Importação, no mundo inteiro existe este tipo de padronização, menos no Brasil onde os empresários preferem trabalhar com métodos individuais.

“Nossa empresa está realizando estudos para a padronização de embalagens que, se fosse geral, traria, entre outras vantagens, a redução de 10% a 20% dos custos unitários de cada caixa. Vamos optar individualmente pela chamada caixa telescópica, sem tampa, com espaço de 4 a 5 centímetros para ventilação e que permite a paletização vertical sustentada com redes de polietileno. Nossa dificuldade atual está sendo encontrar fornecedores nacionais”, afirma.

Yedid explica que o quilo da fruta custa cerca de 0,60 dólar, enquanto que o frete custa 1,25 dólar. Assim, cada quilo perdido por problemas de acondicionamento significa o equivalente a deixar de vender três quilos. Atualmente o Brasil exporta de 20 a 25 milhões de dólares em frutas por ano, com grande potencial de crescimento a curto prazo, dependendo inclusive,



Edmond Yedid: padronizar ajuda a exportação

entre outros fatores, da adoção de uma padronização.

Analisando a situação do mercado interno, Yedid declara que houve um progresso notável nos últimos cinco anos. “Hoje quase toda a produção de morangos já é comercializada em caixas padronizadas, da mesma forma que a maçã e a papaia. No Ceasa vemos que 50% a 60% das hortaliças são embaladas em caixas de papelão, mais baratas e de manuseio mais fácil do que as caixas de madeira, embora a adoção de caixas plásticas, o ideal para isso, a meu ver será muito lenta e dependerá de mudanças estruturais, pois o produto embalado é muito barato para uma caixa deste tipo”, conclui.